À caça das escolas ilegais

Secretaria de Educação identifica cinco instituições que oferecem irregularmente ensino supletivo e divulga lista de entidades credenciadas

» GUILHERME GOULART

Secretaria de Educação do Distrito Federal prepara se para combater o esquema de venda, emissão e promessa de certificados de ensino médio na capital do país. Disfarçadas de cursos de línguas ou de supletivos supostamente credenciados pelas autoridades de educação locais e nacionais, instituições desafiam os órgãos de fiscalização candangos e se espalham pelas cidades do DF. Em menos de um mês, cinco escolas com tais perfis foram identificadas. Elas são consideradas ilegais pela Coordenação de Supervisão Institucional e Normas de Ensino (Cosine).

O órgão da Secretaria de Educação do DF iniciou levantamento depois de flagrar a atuação do Instituto Latino-Americano de Línguas (Ilal) — o Correio Braziliense publicou o caso com exclusividade. Mantém duas equipes de técnicos nas ruas visitando diariamente entidades denunciadas pela população, "São escolas sem credenciamento, que usam a própria estrutura para explorar o nome de outras credenciadas. Assim, não criam vínculos com professores nem fazem acompanhamentos pedagógicos. O serviço é clandestino", afirmou a coordenadora da Cosine, Leila Pavanelli.

Além das unidades do Ilal — a sede fica na Asa Sul e as demais, na Asa Norte, em Águas Claras e em Taguatinga —, a Cosine descobriu instituições irregulares no Riacho Fundo e no Plano Piloto. Mais uma oferece supletivos sem autorização da Secretaria de Educação no Setor M Norte, em Taguatinga. O Correio denunciou a atuação da Infor School em reportagem publicada na terça-feira. Ela usava o nome de uma entidade credenciada para captar alunos, num tipo de terceirização proibida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho de Educação do DF. Mantinha cartazes e materiais informativos pelos quais enganava o consumidor com as expressões "MEC" e "supletivo rápido".

A faixa amarela erguida como propaganda em frente à fachada do local acabou retirada após a visita do responsável legal da instituição legalizada, mas envolvida na fraude. "Ele (o dono) soube que também estão usando indevidamente o nome da empresa dele em São Sebastião. A preocu-



O Instituto Latino-Americano de Línguas oferecia diplomas de ensino médio sem ter autorização para isso: escola foi autuada pelo Procon



A Infor School emitia certificados no nome de outra escola, o que é proibido

pação agora fica por conta da falsificação de documentos", explicou Leila. A Infor School, por exemplo, cobrava R\$ 900 para agendar simulados e avaliações, como informou uma funcionária ouvida pela reportagem. Também prometia certificados de conclusão de ensino médio com o carimbo da escola credenciada.

O esquema da Infor School passa por escolas locais. Segue o exemplo de entidades que citam até mesmo as públicas credenciadas para atrair a clientela. Sabe-se que uma delas arrisca a credibilidade de um centro de ensino da Asa Sul. No DF, também existem as que vendem e emitem

diplomas de instituições de outros estados (leia arte). A Cosine levantou que, no caso do Ilal, a fraude conta com históricos escolares atestados pela Empresa de Pesquisa, Ensino e Cultura (Epec), do Rio de Janeiro. Além da prática ilegal, a Epec teve as atividades encerradas pelo governo carioca em setembro.

Poder de polícia

Carlos Silva/Esp. CB/D.A Press

A Secretaria de Educação colocou no próprio site (www.se.df.gov.br) os nomes das 25 instituições particulares credenciadas a oferecer supletivos no programa Educação de Jovens Adultos (EJA) — menores de 18 anos são proibidos por lei de participar da modalidade a distancia. Segundo a coordenadora da Cosine, a lista deve ser consultada antes do fechamento de qualquer contrato. "Desconfie de quem dá o nome de outra escola para a entrega do certificado. Vale aquele documento em que consta o nome da instituição contratada para o serviço", alertou.

A Cosine encaminha as denúncias ao Procon e ao Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT). Como a Secretaria de Educação do DF não tem poder de polícia, cabe aos órgãos de fiscalização aplicar punições contra as escolas acusadas de lesar pais e estudantes. O Ilal sofreu operação-surpresa na última sexta-feira. Fiscais e promotores do Procon e da Promotoria de Defesa do Consumidor (Prodecon) o notificaram por propaganda enganosa. Os donos tiveram de retirar imediatamente as placas de publicidade com informações falsas sobre credenciamento do MEC.

Ensino superior

Após a denúncia do Correio, as

principais universidades do DF

certificados do Ilal - apenas o

Uniceub identificou 39 casos

antes da reportagem. A UnB

descobriu 81 estudantes em

UDF, sete.

situação irregular. O lesb, 11. E o

iniciaram levantamentos da

quantidade de alunos com

O Ilal também virou alvo da Promotoria de Defesa da Educação (Proeduc) e da Delegacia de Defraudação e Falsificação (DEF). Ambas apuram indícios de estelionato, falsificação de documentos e falsidade ideológica por parte dos responsáveis legais da emCentro Educacional Alfa
 Colégio Unisaber
 Centro Educacional Projeção
 Colégio Integrado
 Polivalente (Cip)
 Centro de Educação

As legais

Confira os nomes das

Secretaria de Educação

do DF para oferecer

Educação de Jovens

(Gama)

(Ceilândia)

(Taguatinga)

escolas credenciadas pela

Adultos (EJA) e supletivos:

Centro de Ensino do Sesi-DF

Centro Educacional De Paula

Centro de Ensino do Sesi-DF

Centro de Ensino do Sesi-DF

Tecnológica (Cetec)

>>> Escola Ceteb de Jovens
e Adultos

Escola de Educação Básica e
 Profissional Fundação
 Bradesco

 Colégio Impacto

Instituto Educacional
 Santo Elias
 Instituto Monte Horebe

>>> Instituto Evolução

Unicanto SupletivoUnião Nacional de Instrução

Colégio Viver

Colégio MarianoUnidade Operacional

do Senat-DF

Instituto de Ensino
Profissionalizante (Inedi)

Colégio Kadima
Colégio MDC

>> Colégio MDC

Centro Educacional Bandeirantes

Centro Educacional Evolução

presa. A DEF abriu inquérito na semana passada. A atuação de cinco anos do Ilal ainda colocou em xeque a entrada de milhares de brasilienses na universidade. São universitários que passaram no vestibular, mas garantiram matrícula com diplomas sem validade emitidos pelo Ilal.

Denuncie

As promessas de certificados ocorrem em duas vertentes:

Os telefones da Coordenação de Supervisão Institucional e Normas de Ensino (Cosine) são 3901-3182, 3901-3183, 3901-3217 e 3901-3259.



A Secretaria de Educação do DF identificou sucessivas fraudes no ensino supletivo da capital do país. Veja como funcionam os esquemas de venda e emissão de certificados de conclusão de ensino médio:

Escolas envolvidas nas fraudes não têm credenciamento da Secretaria de Educação do DF para ofertas de supletivos e emissão de diplomas. Muitas se escondem por trás de cursos de línguas, considerados livres e sem exigência de autorização do Ministério da Educação (MEC), ou atraem a clientela como se fossem especializadas nos próprios supletivos.



Nos dois casos, tais instituições abusam de propaganda enganosa para atrair pais e alunos interessados em cursos rápidos e a distância. Dão prioridade para aqueles que passaram no vestibular do meio do ano e ainda não completaram o ensino médio. Expressões como "MEC" e "curso intensivo de supletivo" aparecem em faixas, cartazes e materiais informativos.



A escola usa o nome de uma entidade de outro estado para dar credibilidade ao esquema. Emite certificados, muitas vezes aceitos em universidades públicas e particulares. Os documentos, porém, não têm valor. Devem ser atestados por instituições autorizadas e da própria unidade da Federação. Em alguns casos, até menores de 18 anos se formam por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A participação deles é proibida por lei.

Outras usam indevidamente os nomes de instituições locais credenciadas para captar alunos e prometer certificados de conclusão de ensino médio. A terceirização é rejeitada pelo Conselho Nacional de Educação.